

# Manual de Antropologia Cultural

Angel-B. Espina Barrio



# **Manual de Antropologia Cultural** Angel-B. Espina Barrio



## Sumário

Prefácio à edição brasileira, **9**  
Prefácio à primeira edição, **11**  
Nota Editorial, **13**  
ANTROPOLOGIA E ANTROPOLOGIAS, **19**

### I | TEMAS INTRODUTÓRIOS

*Cap. I. O OBJETO DE ESTUDO DA ANTOPOLOGIA CULTURAL: A CULTURA HUMANA. Conceito de cultura. Cultura ideal e cultura real. Normas culturais. Aprendizagem e cultura, 27*

*Cap. II. O MÉTODO DA ETNOLOGIA. Interesse do estudo antropológico dos povos com culturas tradicionais. Relativismo cultural versus etnocentrismo. O trabalho de campo como método próprio da antropologia cultural. Observação participante e técnica, 37*

### II | TEMAS HISTÓRICOS

*Cap. III. A ETAPA PRÉ-EVOLUCIONISTA. A antropologia cultural no mundo antigo. O descobrimento da América e os primeiros indigenistas: Pané, Bartolomé de Las Casas, Motolinía, Acosta, Landa. Bernardino de Sahagún e a cultura asteca. J.F. Lafitau e os iroqueses. O protoevolucionismo de W. Robertson, 51*

*Cap. IV. O EVOLUCIONISMO DO SÉCULO XIX. A idéia evolucionista aplicada à cultura: L.H. Morgan, hipótese e etapas da evolução cultural. Crítica ao esquema de Morgan. Tylor e Frazer: animismo, magia e totemismo. Do status ao contrato: H.S. Maine. Bachofen e o matriarcado primitivo. O materialismo cultural de Marx e Engels. A origem da família, a propriedade privada e o Estado, 73*

*Cap. V. O DIFUSIONISMO CULTURAL E O PARTICULARISMO HISTÓRICO DA ESCOLA DE F. BOAS. Difusionismo britânico e alemão. F. Boas e a análise de área. Kroeber e "o superorgânico". O difusionismo moderado de R. Lowie. Crítica a Morgan e ao materialismo cultural, 87*

*Cap. VI. A ESCOLA ANTROPO-PSICOLÓGICA DA CULTURA E A PERSONALIDADE. Psicanálise e antropologia. A contribuição de Freud à antropologia cultural: Totem e tabu e O mal-estar na civilização. Simbologia cultural (Jung, Roheim, Mendel). Psicanálise culturalista americana (Kardiner, Fromm). Novas contribuições (Linton, Whiting, Child, Levine), 97*

*Cap. VII. FUNCIONALISMO SOCIAL. B. MALINOWSKI. Precursores: A escola sociológica francesa (E. Durkheim e M. Mauss). O conceito de função e o método de Malinowski em Os Argonautas do Pacífico Ocidental. A sexualidade nas sociedades primitivas. Radcliffe-Brown e o estruturalismo, 115*

*Cap. VIII. O ESTRUTURALISMO EM ETNOLOGIA: CLAUDE LÉVI-STRAUSS. Influências recebidas por Lévi-Strauss. Da "regra do dom" (Mauss) ao princípio de reciprocidade de "As estruturas elementares do parentesco". O pensamento selvagem e o mito. O tema do "homem" e do "sujeito" em Lévi-Strauss, 123*

*Cap. IX. ECOLOGISMO CULTURAL E NOVAS TENDÊNCIAS. O neoevolucionismo de L. A. White. As contribuições de M. Harris. Godelier e o estruturalismo marxista. Antropologias simbólica e hermenêutica, 145*

### III | TEMAS SISTEMÁTICOS

*Cap. X. ETNOLINGÜÍSTICA. LINGUAGEM E CULTURA. Existem linguagens primitivas? A diversidade lingüística. A origem da linguagem. Estudo da mudança lingüística: sintático (glotocronologia) e semântico. Língua e cultura: discussão sobre a hipótese de Sapir-Whorf, 155*

*Cap. XI. ETNOLINGÜÍSTICA. O MITO. As “regiões” do simbólico. Características do mito. Hermenêuticas psicoantropológicas do mito: psicanálise, funcionalismo, estruturalismo e cognitivismo. Exemplos de interpretações míticas, 165*

*Cap. XII. ETNOPSICOLOGIA. PERSONALIDADE E CULTURA. Problemática do capítulo. Principais concepções, 181*

*Cap. XIII. ETNOPSQUIATRIA. DOENÇA MENTAL E CULTURA. Breve resenha histórica da etnopsiquiatria. O conceito metacultural de enfermidade psíquica. As doenças mentais nos povos primitivos. As terapias grupais e xamanísticas, 199*

*Cap. XIV. ETNOHISTÓRIA. MUDANÇA CULTURAL. Síntese das principais teorias sobre a mudança cultural. A evolução e o progresso social. A antropologia e as mudanças sociais em todo o mundo, 213*

*Cap. XV. ANTROPOLOGIA SOCIAL. INCESTO, UNIÃO E MATRIMÔNIO. Natureza, extensão e exceções do tabu do incesto. Uniões preferenciais: o matrimônio entre primos e os enlaces de substituição. O preço da progênie e outros modos de estabelecer parentes, 221*

*Cap. XVI. ANTROPOLOGIA SOCIAL. SISTEMAS DE PARENTESCO. Tipos de famílias: conjugal nuclear e conjugal estendida. Classificação do parentesco segundo: Morgan, Lowie, Lévi-Strauss e Murdock. Análise de dois casos de família unida: apache e tanala. A família troncolocal do Norte da Espanha, 231*

*Cap. XVII. ANTROPOLOGIA SOCIAL. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS. Fraternidades tribais. Classes de idade. Análise do caso massai. Tipos de organizações políticas em sociedades tradicionais, 245*

*Cap. XVIII. ANTROPOLOGIA SOCIAL. SISTEMAS RELIGIOSOS. O sagrado e o profano. O animismo: teoria de Tylor. Magia, ciência e religião. Ritos e cerimônias. Xamanismo. Diversos cultos e concepções religiosas da divindade, 251*

*Cap. XIX. ANTROPOLOGIA SOCIAL E ETNOGRAFIA. ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES PRIMÁRIAS. Tecnologia e economia “primitivas”. Divisão do trabalho, comércio e consumo nestas sociedades. Satisfação de necessidades primárias: alimentação, moradia e indumentária, 257*

*Cap. XX. ETNOGRAFIA. Arte e tradição cultural. A expressividade musical e a dança. Análise etnográfica do folclore: festas, gastronomia, literatura oral etc, 263*

**BIBLIOGRAFIA, 269**

**BIBLIOGRAFIA DE ANTROPOLOGIA NO BRASIL, 359**

**ÍNDICE REMISSIVO, 371**

## Prefácio à edição brasileira

A advertência que fizemos no prefácio à primeira edição espanhola deste *Manual de antropologia*, em relação à vital importância de fomentar a convivência intercultural e inter-religiosa dos povos, talvez tenha parecido algo retórico, naquela ocasião. Hoje ninguém duvida de que é imperiosamente necessário atender àquele alerta – e com urgência –, se quisermos não somente conviver, mas até sobreviver, no futuro, ao menos de maneira estável e pacífica.

Só promovendo a comunicação e a convivência inter-racial, intercultural e inter-religiosa, poderemos nos salvar da violência, das guerras e do terrorismo. Não há outro caminho. E para progredir nele a ciência antropológica termina por ser um auxiliar imprescindível, pois é conhecendo os povos, suas culturas, seus costumes e religiões, que podemos chegar a entendê-los e a respeitá-los. A ignorância só produz medo, desentendimentos e conflitos. O conhecimento mútuo gera intercâmbios, cooperação e amizade.

No Brasil e na Espanha, há muito, pensamos assim. Por isso, é tão urgente incrementar o contato e a cooperação, especialmente entre os estudiosos da antropologia de ambos os países. É o objetivo fundamental da edição em português deste *Manual de antropologia cultural*.

A antropologia sociocultural tem uma vertente aplicada muito evidente em aspectos sociais de importância para a época atual: no campo da comunicação, da atenção aos imigrantes e a sua integração cultural, no da cooperação para o desenvolvimento, no da educação multicultural etc.

Coube-me a honra de dirigir vários congressos e publicações na Universidade de Salamanca sobre alguns destes temas, em que participaram destacados antropólogos de diversas universidades européias e americanas, e também brasileiras. Mas a antropologia aplicada precisa, para realizar bem seu importante trabalho, de uma base sólida e de um conhecimento profundo da antropologia teórica. Necessita de um detido estudo de suas divisões e conceitos básicos, de uma compreensão clara de sua metodologia específica e de sua história como disciplina, com seus antecedentes, escolas e autores principais e, por último, de sua relação com outras ciências humanísticas, assim como de um tratamento dos temas e variáveis culturais que lhe são mais próprios. Tais são os conteúdos deste texto, sem o conhecimento dos quais não se poderia depois enfrentar coerentemente nenhuma das aplicações expressas.

A perspectiva comparativa e transcultural é essencial no conhecimento etnológico e é a que se defende neste livro e também em todas as pesquisas, teses e obras ao nosso cuidado, especialmente do programa interuniversitário de doutorado *Antropología de Iberoamérica*, que coordeno, e do Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León, que impulsionamos há bastante tempo. A busca do contato entre os povos da Iberoamérica (onde incluímos o Brasil, Portugal, Espanha e os países hispano-americanos) através do conhecimento de suas culturas, obtido com sérios trabalhos de pesquisa, é nosso norte, nosso empenho e nosso guia. Felizmente, esse trabalho começa a dar frutos, inclusive com projetos conjuntos de pesquisas reconhecidos pelos governos de diversos países e que se fortalece dia após dia com as redes estabelecidas formalmente e também através de dezenas de doutores e doutorandos, entre os quais se encontram de maneira destacada os procedentes de prestigiosas universidades do Brasil.

A presente obra pretende ser uma contribuição aos estudos para professores e alunos brasileiros e ao leitor da língua portuguesa de modo geral.

*Angel-B. Espina Barrio*

## Prefácio à primeira edição

A posição de destaque que alguns filósofos do século XIX vaticinaram para a antropologia como disciplina-chave das chamadas ciências humanas foi cumprida em nosso tempo. Poucos estudos e pesquisas humanísticas desdenham os conteúdos ou as metodologias consideradas antropológicas. Num mundo que às vezes fica pequeno devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, o conhecimento antropológico se mostra indispensável na importante tarefa de facilitar a convivência entre as diferentes culturas. Assim como a ecologia revelou a importância do conhecimento e respeito às leis dos sistemas do meio natural, a antropologia nos desvela conhecimento e respeito aos sistemas culturais humanos. Não é possível a sobrevivência sem adequação e preservação do “meio”; não é possível a convivência sem o respeito pelos “outros”: os outros povos, as outras mentalidades, as outras culturas.

Na atualidade, já se reconhece que a humanidade não caminha para uma uniformização radical de suas maneiras de viver, ideais ou costumes, e que é melhor defender e respeitar as diferentes identidades dos povos, já que, do contrário, se podem gerar movimentos e reações muito destrutivas. O estudo antropológico não corre nenhum risco de desaparecimento diante da extinção das microestruturas tribais que eram o seu tradicional objeto de estudo. Em primeiro lugar, porque a antropologia não é só uma sociologia das sociedades exóticas, também porque, como dissemos, é cada vez mais importante a dilucidação do tema da identidade cultural, tanto própria como alheia.

Na Espanha, o trabalho antropológico vive seus melhores momentos, depois de ter sido praticado por poucos, ainda que notáveis autores – de formação geralmente histórica, sociológica ou filosófica – que dedicaram o seu tempo à pesquisa no campo da religiosidade popular, dos costumes, do folclore etc, no momento presente conta com uma importante presença nos centros de cultura popular e nas universidades com formação específica e com um núcleo de pesquisadores que integram um setor de conhecimento que cada vez mais vai-se definindo com maior clareza. A inclusão da disciplina antropológica nos estudos de sociologia, história, filosofia, ciências da informação, ciências da educação e ciências humanas em geral evidencia o seu interesse e sublinha o caráter intensamente interdisciplinar e integrador do saber antropológico. Na preparação deste *Manual de antropologia cultural*, especialmente em sua parte sistemática, levou-se muito

em conta a grande relação da disciplina tratada com outros saberes humanísticos, pois, embora não devendo diluir-se neles, a etnologia tem que mostrar claramente a recíproca complementariedade que deve existir entre os mesmos.

O tratado de antropologia que apresentamos quer servir a um duplo propósito: ajudar todos aqueles que se aproximam pela primeira vez do estudo da antropologia cultural, apresentando um compêndio de seus temas principais, e, por outro lado, desenvolver alguns desses temas de uma maneira nova e útil, inclusive para especialistas na matéria. Depois de um capítulo inicial de demarcação terminológica, se desenvolve a específica história da etnologia, em que se destacam os capítulos dedicados à etapa pré-evolucionista (com um amplo desenvolvimento do primeiro indigenismo espanhol do século XVI, esquecido em muitos tratados), à escola de cultura e personalidade e ao estruturalismo etnológico de Claude Lévi-Strauss. Na parte sistemática, dissemos que se busca a concorrência e a mútua influência entre os temas antropológicos e os da lingüística (língua e cultura, mito), psicologia (cultura e personalidade), psiquiatria (cultura e doença mental), história (mudança cultural) etc. Por último, se oferece um breve estudo dos principais temas da antropologia social: família, parentesco, instituições, modos de subsistência etc. Não resta dúvida de que o propósito é muito ambicioso e nos contentaríamos com que o texto, orientado destacadamente à docência, terminasse por ser, mesmo que minimamente, um fator positivo na direção apontada.

*Angel-B. Espina Barrio*



## Nota Editorial

Este manual cumpre dupla função: a de ser um guia para o iniciante e um útil instrumento ao professor e ao especialista no ensino e aprendizado da antropologia, em sua dimensão básica e panorâmica.

O autor não é somente um dos mais dinâmicos animadores da antropologia na Espanha na atualidade, mas um entusiasta das relações de cooperação que vêm rendendo bons frutos para a Espanha e o Brasil.

Ele vem promovendo esses contatos, na verdade, com toda a América Latina. Em disciplinas que ensina, congressos que promove, cursos de pós-graduações que dirige. É sempre a antropologia vista com olhar amplo o que viceja no seu trabalho.

A sólida formação do autor nas áreas de filosofia e psicologia facilita e estimula o diálogo interdisciplinar que empreende. Isso está bem flagrante em muitas passagens deste livro.

Autor de um importante livro comparativo entre Freud e Lévi-Strauss, o professor Angel Espina Barrio alcançou também com este manual um merecido destaque e repercussão no meio hispânico.

O seu *Manual de antropologia cultural*, que já teve várias edições na língua original, é muito usado nos cursos de graduação e pós-graduação europeus. Certamente o mesmo ocorrerá no Brasil.

Na tradição desenvolvida por Gilberto Freyre (e de certo modo antevista por Oliveira Lima e Joaquim Nabuco) o contato entre o Brasil e seus pares latinos ainda é um fértil e largo campo, mas que precisa ser muito mais desenvolvido.

Como órgão promotor da pesquisa no Nordeste, é natural que a Fundação Joaquim Nabuco por meio de sua editora se ocupe de difundir bons trabalhos acadêmicos e supra-acadêmicos como este, o que certamente agradaria a Freyre e Nabuco.

Somente algumas poucas alterações foram feitas nesta edição com relação à original: a bibliografia foi reunida toda em notas e ao final. O único capítulo suprimido foi um sobre linguagem e contracultura, pois sendo os seus exemplos de gíria muito particulares do espanhol e não havendo uma correspondência possível e verossímil em português, teria que sofrer adaptação ao contexto brasileiro.

Na parte relativa a um amplo quadro de línguas e, particularmente, nas comparações da evolução de palavras, além do espanhol, latim e outras línguas, acrescentou-se o português. Usou-se o dicionário Houaiss, para as informações etimológicas e históricas.

No caso das grafias de nomes espanhóis, geralmente preferiu-se manter a forma original (o caso de Bartolomé de Las Casas, por exemplo). E seguiu-se também o mesmo critério para expressões como *encomienda* e *encomenderos*.

Acrescentou-se uma bibliografia de livros de antropologia disponíveis em português e, de modo a valorizar e facilitar a navegação pelo texto, foi também incluído um índice remissivo.

Num país como o Brasil – dos mais ricos do mundo no campo da antropologia – ainda são poucos, no entanto, os manuais destinados também aos não-especialistas. A Editora espera contribuir para diminuir esta lacuna e estimular novas traduções e publicações.

Preferiu-se quase sempre citar os títulos dos livros referidos no original em espanhol, no corpo bibliográfico. Mas no decorrer do texto do livro a melhor opção foi traduzir para o português. De modo geral, os clássicos citados já têm edições brasileiras.

No caso de uma obra como *O mal-estar na cultura*, que seria a maneira literal de verter o espanhol, preferiu-se o já bem conhecido *O mal-estar na civilização*, sem entrar na óbvia explicação das semelhanças e distinções de conceitos como civilização e cultura.

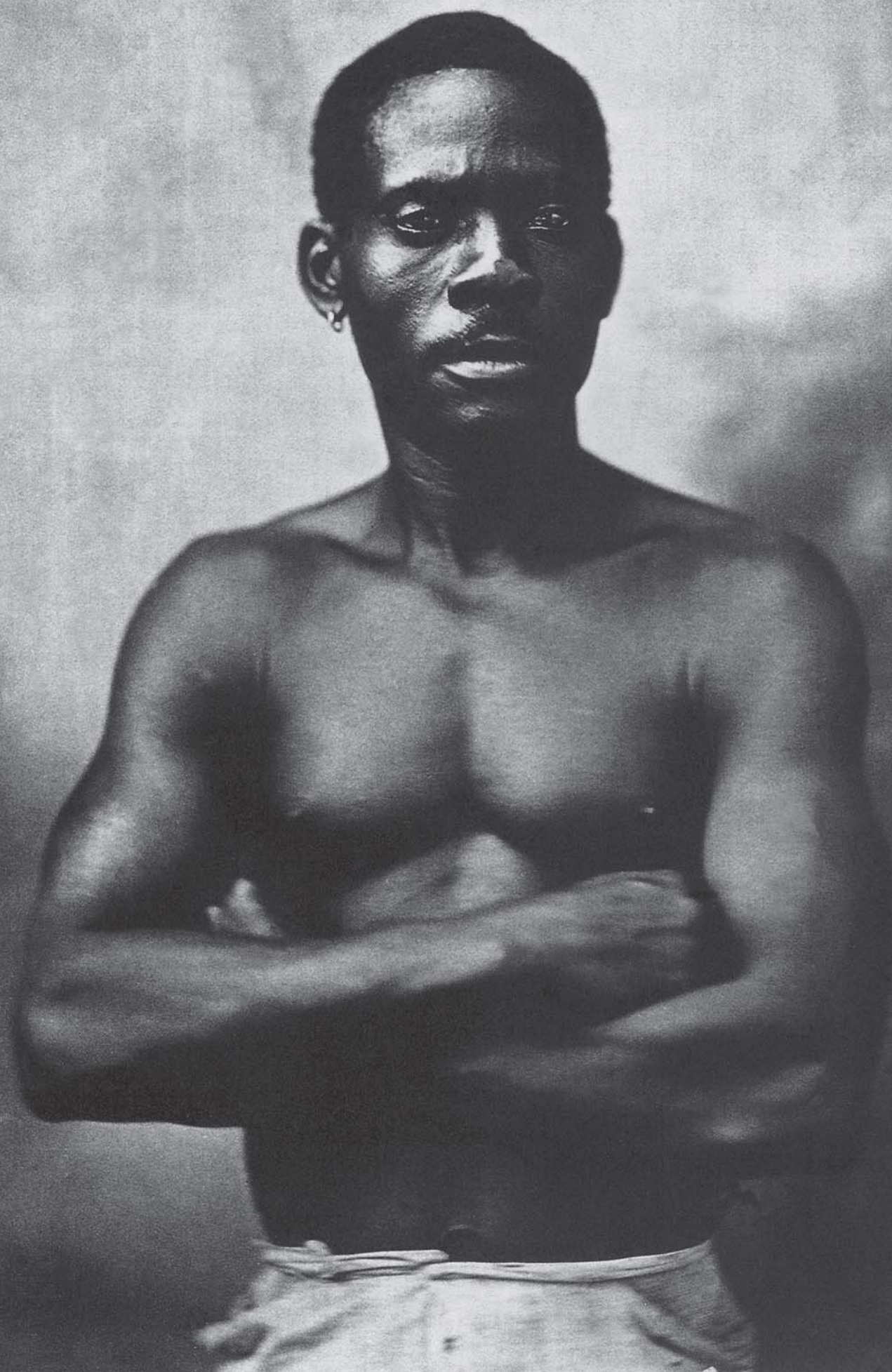
As notas, ao invés de enumeradas apenas em duas seqüências, como no original, são apresentadas recomeçando de 1 a cada parte nova englobadora de todo um conjunto amplo de informações.

As ilustrações utilizadas são mais alusivas que mecanicamente referentes ao texto. Buscam tornar leve o percurso por este livro que, contanto ser escrito em linguagem clara, é mesmo assim técnico e exige leitura atenta e concentrada.

Agradecemos ao autor e ao seu editor espanhol (Amarú Ediciones) a autorização para a tradução. Tentou-se apresentar o texto mais correto possível em português. Todas as falhas e imprecisões são de única responsabilidade do tradutor-editor.



Índio Karajá. Foto anônima,  
tirada aproximadamente  
em 1900. Acervo do  
Laboratório de Antropologia  
da Universidade  
de São Paulo.



Sully. *Retrato de Um  
Homem*. Foto tirada  
aproximadamente em 1870.

## ANTROPOLOGIA E ANTROPOLOGIAS

Afirmar que a antropologia é a *ciência do homem* não quer dizer muito, pois qualquer disciplina entre as chamadas *ciências humanas* (psicologia, sociologia etc) trata do homem e é também, portanto, uma ciência do homem. Sendo a antropologia, ao pé da letra, (*anthropos* – homem; *logos* – ciência) *ciência do homem*, o que quer dizer isto de modo especial?

Em primeiro lugar, significa que é o único saber que acima de tudo, com toda a sua grande diversidade temática, tem uma preocupação constante em definir o homem. A resposta à pergunta kantiana – o que é o homem? – pode-se colocar de diversos pontos de vista. Pode-se responder desde a perspectiva empírica, formulando conclusões gerais sobre o homem e sua natureza, mediante o conhecimento para o qual contribuem as observações sistemáticas, à recompilação dos dados recolhidos por todo o mundo e o estudo comparado das variantes físicas e culturais que se observam entre os diferentes grupos humanos. Mas também podemos responder de uma perspectiva humanística e filosófica que trate do homem, de seus costumes e seus diferentes modos de vida, de suas dimensões fundamentais, de seu destino etc. Todas estas posições são próprias da antropologia porque, conforme nos diz Hoebel<sup>1</sup>, cumprem as três características essenciais que distinguem este tipo de conhecimento:

- 1<sup>a</sup> – Tratam do homem e suas manifestações como um todo (visão holística).
- 2<sup>a</sup> – Empregam o método comparativo.
- 3<sup>a</sup> – Levam em conta o conceito de cultura como âmbito próprio do humano.

Esta última característica é também válida para a antropologia filosófica, pois o conceito de cultura traz intrínseco um conceito de homem.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> HOEBEL. A. E. *Antropología: el estudio del hombre*. Omega (Barcelona, 1973)4-6.

<sup>2</sup> Algo similar expressa J. Azcona quando diz que: "o conceito de cultura encerra a problemática teórica da antropologia, mas, por sua vez, o que os antropólogos pensaram e pensam sobre o homem. O valor ideológico do conceito de cultura é com frequência mais importante que seu valor analítico e heurístico." AZCONA, J., *Para comprender la antropología. 2. La cultura*. Verbo Divino (Navarra. 1988)7.

Sem dúvida, a tarefa que se atribui à antropologia é muito vasta, o que facilita a proliferação de subdivisões e paradigmas distintos agrupados sob esta denominação comum. Denominou-se a antropologia como cultural, física, econômica, social, aplicada, médica, psicológica, lingüística, filosófica, cognitiva, ecológica, hermenêutica, funcional, simbólica, estrutural etc. Cada uma destas denominações encerra uma particular forma de entender a antropologia e uma série de atividades, às vezes muito divergentes: observação, medição de ossos e fósseis, reflexão, medição de variáveis corporais, entrevistas, escavações... Definir a antropologia como aquilo que fazem os antropólogos é, como vemos, muito difícil, ao menos a princípio. Vamos tentar pôr um pouco de ordem em todas estas possíveis especializações antropológicas.

### Divisões da Antropologia

São muitas, mas quase todas se concebem de uma bipartição emanada presumivelmente do mesmo ser humano em sua dupla dimensão de ser natural (corpóreo e biológico) e ser de cultura (civilizado, simbólico). Traduzem-se aqui clássicas dicotomias (natureza-cultura, biologia-sociedade etc). Uma antropologia se ocupará do pólo natural (antropologia física) e outra do sociocultural-simbólico (antropologia cultural ou etnologia). Naturalmente que a estas duas divisões empíricas do saber sobre o homem deve-se somar a especulativa, própria da antropologia filosófica.

Portanto, podemos definir a *antropologia física* (ou biológica) como o estudo do homem enquanto organismo vivo, atendendo, além disso, a sua evolução biológica dentro das espécies animais. Quer dizer que o antropólogo físico tem que se ocupar da origem e evolução do homem (processo de hominização) e das diferenças físicas que se dão entre os seres humanos, da variação genética e das adaptações fisiológicas do homem frente aos diversos ambientes. Para isso, conta com uma série de estudos e de áreas de especialização: primatologia (estudo dos primatas, grupo animal próximo ao homem), paleoantropologia (estudo da evolução humana através dos fósseis), antropomorfologia (anatomia comparada de diversos tipos e raças humanas), genética antropológica, ecologia humana etc. A atividade concreta destes cientistas costuma consistir em trabalhos próximos da arqueologia, recolhimento de fósseis, antropometria (medição de partes corporais humanas, especialmente, o crânio – craneometria) e, ultimamente, análises mais sofisticadas relativas às características serológicas, genéticas ou fisiológicas e sua relação com o ambiente.



Por outro lado, definiremos a *antropologia cultural* como o estudo e descrição dos comportamentos aprendidos que caracterizam os diferentes grupos humanos. O antropólogo cultural (ou sociocultural, como é costume denominar-se hoje em dia) tem que se ocupar das obras materiais e sociais que o homem criou através de sua história e que lhe permitiram fazer frente a seu meio ambiente e relacionar-se com seus congêneres. Também na antropologia cultural há várias subdivisões: a arqueologia, quando estuda os vestígios materiais de culturas que não contaram com testemunhos escritos. A lingüística antropológica (ou etnolingüística), que se ocupa de todas as línguas passadas e presentes, com seus dois enfoques principais: estrutural e genético. A linguagem é uma parte da cultura e pode esclarecer muitos aspectos da história da cultura e da mudança cultural.<sup>3</sup>

O resto da antropologia cultural, precisamente sua parte mais substancial e genuína, está compreendido sob o rótulo de etnologia geral (estudo dos povos) e, segundo o enfoque que siga, será denominada de *etnografia* (se descrever as formas de vida de determinados grupos sociais); *etnologia* (se enfatiza a comparação de culturas, a reconstrução da história das culturas ou o tema da mudança cultural) ou *antropologia social* (que também compara as culturas, mas de modo a estabelecer generalizações acerca da ligação sociedades humanas-grupos sociais).

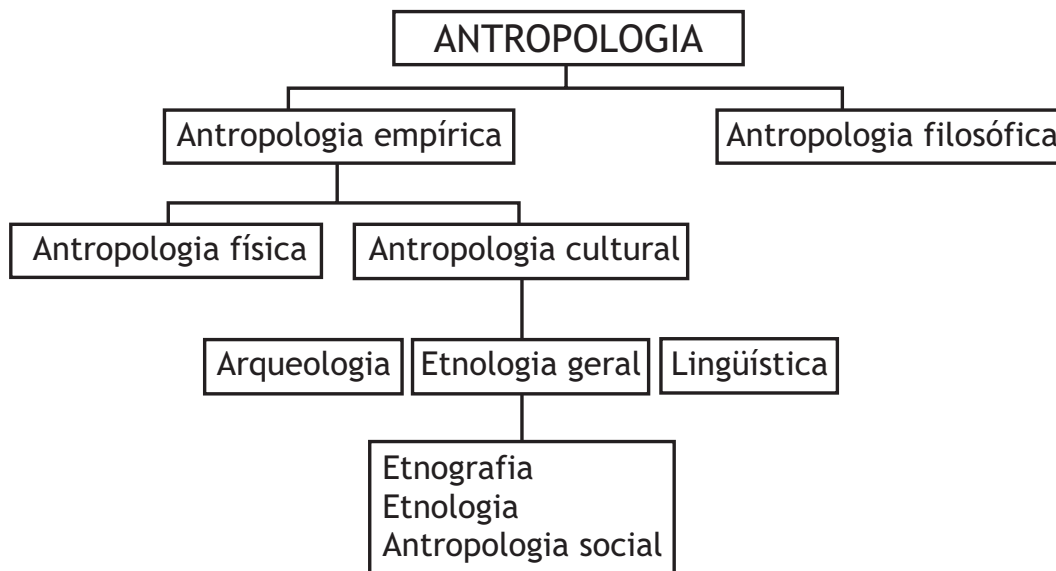
A *etnografia* (escrever sobre os povos) é a disciplina mais próxima dos dados empíricos e a primeira que praticaram os antropólogos culturais. Prepondera nela o enfoque descritivo e utiliza como técnica de coleta de dados o trabalho de campo, principalmente, e as contribuições arqueológicas. É a base de toda a antropologia cultural, pois proporciona os elementos sobre os quais vão trabalhar os demais teóricos.

A *etnologia* vai além da descrição e pretende comparar, analisar as constantes e variáveis que se dão entre as sociedades humanas, e estabelecer generalizações e reconstruções da história cultural.

Por sua vez, a *antropologia social* se refere a problemas relativos à estrutura social: relações entre pessoas e grupos, instituições sociais, como a família, o parentesco, as associações políticas etc. Aqui a perspectiva é mais sincrônica que diacrônica.

<sup>3</sup> Naturalmente, tanto a arqueologia como a lingüística são duas ciências que podem desenvolver seu trabalho teórico sem relação com a antropologia. Aqui ressaltamos a aplicação delas ao estudo do fato cultural, momento em que integram a antropologia cultural. Assim o confirmam obras como: ALCINA-FRANCH, J. *Arqueología antropológica*, Akal (Madri, 1990), e CASADO VELARDE, M. *Lenguaje y cultura*. Síntesis (Madri, 1988).

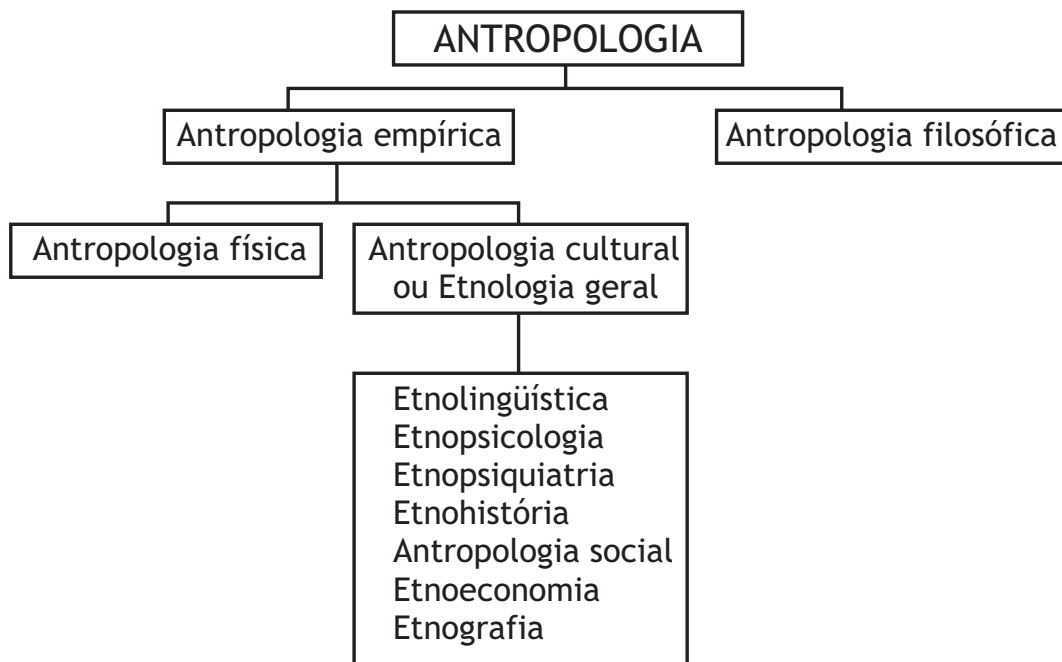
Segundo essa perspectiva, o campo antropológico se desdobra nas seguintes divisões que, salvo diferenças terminológicas de que falaremos em seguida, já podem ser consideradas clássicas:



Mas as disciplinas assinaladas não são as únicas que na atualidade desenvolvem campos interdisciplinares como o da etno-história (reconstrução do passado cultural através de documentos escritos) ou o da antropologia psiquiátrica (cujo tema central é o das relações entre a cultura e a doença mental), matérias novas que estão assinalando o caminho deste conhecimento holístico que é o antropológico. Não há perigo de dissolução da disciplina nos demais saberes humanísticos (psicologia, psiquiatria, medicina, sociologia, história, psicanálise, semiótica etc), mas pode resultar numa confluência fecunda de interesses e uma comparação de resultados muito necessária. Por isso, na estruturação do programa da disciplina de antropologia cultural preferi, sem esquecer os conteúdos e metodologia exclusivos do etnológico, ressaltar essa união indissolúvel que se dá entre as ciências humanas, já que sua meta é a mesma: compreender e explicar o homem.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Umhas põem a ênfase no explicar, outras no compreender, até chegar à antropologia filosófica que, será a mais geral e compreensiva de todas.

Desse modo, o quadro do conhecimento antropológico que já nos introduz na radicação deste saber nas ciências humanas e que será, conforme foi dito, seguido no programa, é o seguinte:



### Relação da antropologia com outras ciências

A antropologia, desde que se constituiu como saber organizado, desempenhou tradicionalmente um papel unificador em muitas áreas da pesquisa científica, assim como em humanidades, e o pôde fazer porque é um conhecimento integral e integrador.

As classificações estritas de objetos de estudo foram muito frutíferas no desenvolvimento das ciências, mas, hoje em dia, cada vez há maior interesse por aquelas áreas nebulosas que se encontram nos limites das taxonomias clássicas (como o demonstra o desenvolvimento de ciências intermediárias: físico-química, bioquímica, astrofísica etc). Do mesmo modo, o enfoque integral para estudar o homem exige que cada vez que se estude uma parte – sejamos conscientes: só é uma parte – ela seja posta em conexão com o resto. O conhecimento antropológico envolve o uso de técnicas e teorias de muitas disciplinas e, por sua vez, as técnicas e conceitos da antropologia possuem ramificações e consequências que se prolongam muito além dela. Na situação anterior, podemos ver algumas destas conexões que dão lugar a estudos interdisciplinares, concretamente:

A etnolingüística, cujo tema central se apresenta como a dicotomia linguagem-cultura.

A etnopsicologia e seu estudo das relações entre cultura *versus* personalidade (nome adotado por toda uma escola antropológica).

A etnopsiquiatria: cultura-doença mental.

A etno-história: a mudança cultural, as aculturações sucessivas etc.<sup>5</sup>

Mas a antropologia agrega a estes saberes sua especificidade holística, seu interesse pela cultura e seu exclusivo método comparativo, além das técnicas e metodologias de campo que examinaremos no próximo capítulo. A antropologia se distingue da história, uma vez que não se limita ao documento, em seu método, nem ao devir em seu objetivo. Difere da psicologia, já que não lhe interessam as individualidades nem usa de experimentos nem testes, em sua pesquisa (pelo menos, de forma sistemática). Não coincide plenamente com a sociologia, pois seu ponto de vista é mais geral, sua metodologia não é o questionário direto, e seu objetivo são as normas e os códigos de conduta e simbólicos que chamamos de cultura. Não é uma sociologia de sociedades “atrasadas” ou “estranhas”, pois também pode e deve praticar-se nas ocidentais.

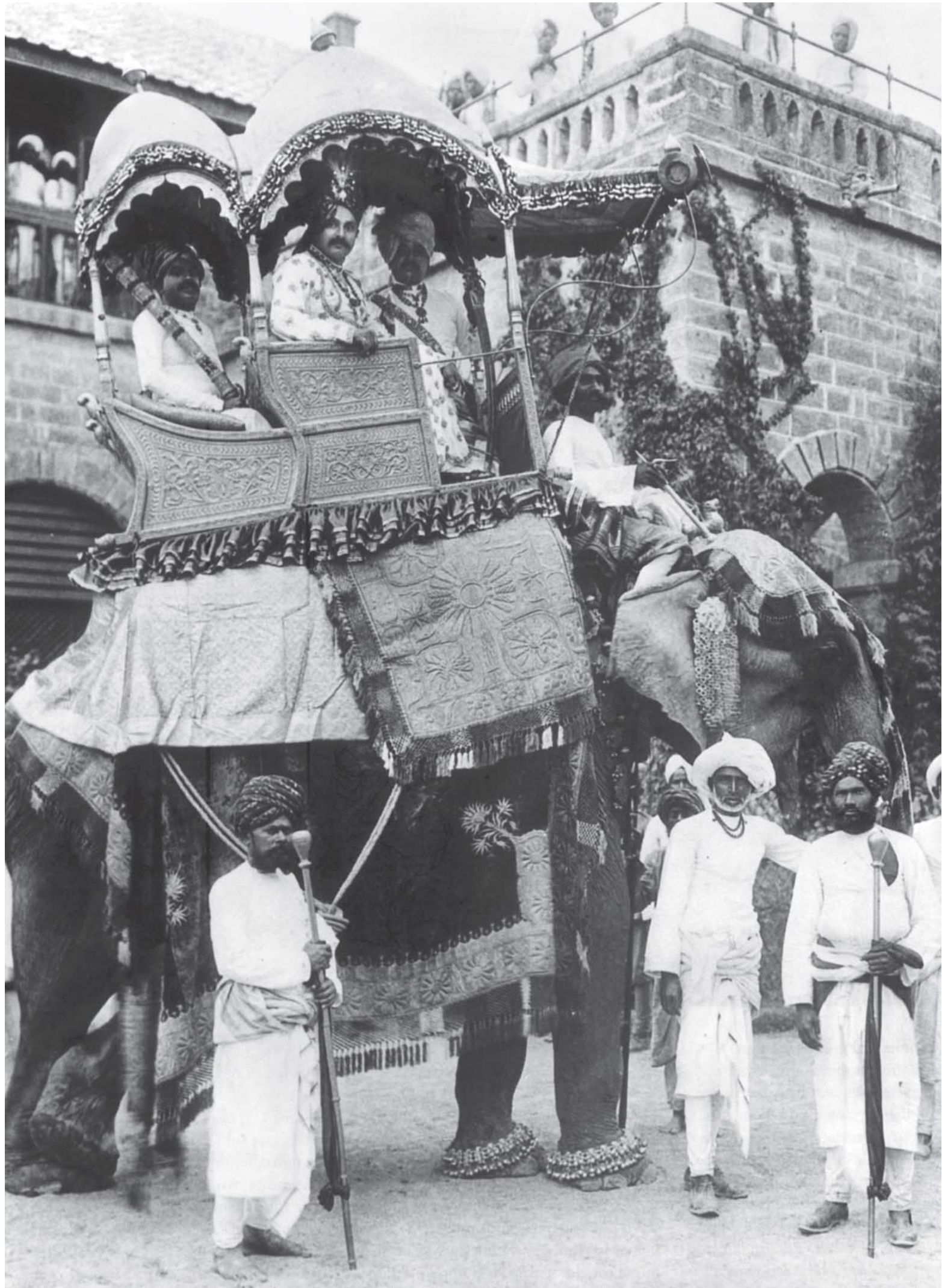
Simplesmente é conhecimento humano que trata do homem, de suas manifestações como espécie, de sua humanidade, com uma perspectiva global, aberta, integradora.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Todas estas disciplinas são capítulos do programa do estudo da antropologia em sua parte sistemática.

<sup>6</sup> Devido a certa complicação de nomenclaturas sobre os saberes antropológicos, reproduzo o já conhecido quadro de J. Alcina-Franch para recordar diversos usos terminológicos diferentes dos aqui utilizados. Por exemplo, na Grã-Bretanha, onde a antropologia cultural costuma ser denominada de antropologia social, ou na França e muitas partes da Europa, onde a antropologia física se denomina simplesmente antropologia e a antropologia cultural, etnologia. Veja-se: ALCINA-FRANCH, J., *En torno a la antropología cultural*, José Porrúa Turanzas (Madri, 1975).

suas manifestações como espécie, de sua humanidade, com uma perspectiva global, aberta, integradora.<sup>6</sup>

América	Grã-Bretanha	Europa cont.
Antropologia física	Antropologia física	Antropologia
Antropologia cultural	Antropologia social	Etnologia



Marajás da Índia.

## I | TEMAS INTRODUTÓRIOS

*Cap. I. O OBJETO DE ESTUDO DA ANTROPOLOGIA CULTURAL: A CULTURA HUMANA. Conceito de cultura. Cultura ideal e cultura real. Normas culturais. Aprendizagem e cultura.*

O sentido do termo cultura que empregamos difere amplamente do que o senso comum está acostumado a atribuir a tal vocábulo e é também diferente de outros muitos que historicamente foram associados a esse termo. É o sentido antropológico o que nos interessa e o que nos levará a afirmar que a cultura é o objeto de estudo privilegiado de nossa disciplina.

Proveniente do latim clássico, com significados associados ao cultivo e à criação, o vocábulo *cultura* seria aplicado só recentemente (cerca de 1750) ao âmbito das sociedades humanas, suplantando, em parte, o termo *civilização*. Mas observemos atentamente como se deu esta evolução tão crucial para o que se constituiria depois como antropologia cultural.

### Conceito de cultura

Tanto o conceito de cultura como o de civilização estiveram associados no Iluminismo à melhora progressiva das faculdades humanas em todos os níveis (tal é o sentido outorgado por Herder, Jenisch etc). Pouco a pouco se vão referindo os autores com estes vocábulos, sobretudo na Alemanha, à organização dos povos e ao conjunto dos costumes. Desse modo, se oferecem algumas tentativas de distinção às vezes contraditórias. Assim, Humboldt une a cultura às atividades tecnoeconômicas (esfera do material) e a civilização ao espiritual e mais elevado; Spengler, por sua vez, diz que a civilização é a fase final, não criativa, de uma cultura, e Weber, mais contraditório ainda que o anterior, identifica “civilização” com o material e “cultura” com o espiritual. A civilização é irreversível, cumulativa, técnica, enquanto que os produtos da cultura são variados, únicos, não imanentes.<sup>1</sup> O que fica claro é que cada vez se oferece uma definição de cultura mais

<sup>1</sup> *Decerto que esta mesma distinção é a que realiza Unamuno em seu famoso artigo: “Civilización y cultura”: “...deve-se libertar a cultura da civilização que a sufoca, e romper o quisto que escraviza o novo homem.” UNAMUNO, M., Obras Completas, Afrodisio Aguado (Madri, 1950)271.*

próxima da referência dos atributos e produtos, próprios das sociedades humanas, que não têm nada a ver com o herdado biologicamente, quer dizer, vai-se dando um sentido mais científico e antropológico ao termo “cultura”.

Possivelmente, um dos primeiros autores que ofereceram uma aceção inequivocamente etnológica para o verbete “cultura” foi Tylor que, identificando-a com civilização, nos diz da cultura:

*É aquele todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, lei, moral, costumes e qualquer outra capacidade e hábito adquirido pelo homem como membro da sociedade.<sup>2</sup>*

Durante muito tempo, o termo *cultura* e a definição de Tylor não tiveram o papel destacado a que estariam destinados, já que a escola triunfante na Europa seria a durkheiminiana, que baseia a sua teoria na categoria de “sociedade”.<sup>3</sup> Isto explica a preferência que tanto na França como na Inglaterra se dá pela denominação antropologia social. Na América do Norte, pelo contrário, seus estudiosos, que estão mais preocupados com os “valores” dos povos do que com as vinculações concretas constitucionais desses povos, utilizaram mais o termo “antropologia cultural” para designar seus trabalhos e “cultura” para referir-se aos modos de viver e conceber a existência por parte de um determinado grupo. Tal é o caso de autores como Boas, Sapir, Benedict, Mead etc. Neste contexto se ofere-

<sup>2</sup> *Veja-se: TYLOR, E.B., Cultura Primitiva I, Ayuso (Madri, 1981)19.*

<sup>3</sup> *Embora seja certo que esta categoria é muito próxima em seu uso pela escola de Durkheim, do que entendemos hoje por cultura. Desta maneira, a sociologia por eles praticada poderia ser uma culturologia ao estilo da propugnada recentemente por Herskovits, White etc.*

ceram muito numerosas definições de “cultura” que situam o conceito definitivamente no âmbito do não-biológico, não-individual, mas não no simbólico. Distinguindo-se freqüentemente do termo *civilização* (que serve para designar os aspectos materiais) e do termo *sociedade* (base orgânica e humana), o conceito de cultura prevaleceu na antropologia. Por tratar alguma definição concreta de entre as muitas que se acumulam de tal termo, podemos terminar este segmento do nosso manual analisando uma que pode considerar-se muito generalizada entre os antropólogos, segundo a qual a cultura é:

*um sistema integrado de padrões de conduta aprendidos e transmitidos de uma ge-*



*ração a outra, característicos de um grupo humano ou sociedade.*<sup>4</sup>

Portanto, nos estamos referindo a uma realidade organizada, sistemática, mas abstrata.<sup>5</sup> Abstraem-se “padrões de conduta” ou “modelos de vida” dos atos dos indivíduos e de quantos materiais manipulam. Pretende-se que estes padrões ou modelos estejam integrados (logo veremos se isto é possível) e que se transmitam supra-individualmente, de uma geração a outra, por herança não biológica, mas simbólica. Estes modos de vida, além disso, diferem de um grupo humano a outro e adquirem um valor emblemático e afetivo (além de funcional e adaptativo) para os indivíduos que integram essa sociedade e seguem (supõe-se majoritariamente) esse estilo cultural.

Todos esses extremos serão tratados e analisados a seguir. Agora, é bastante que fiquemos com esta idéia geral do problemático campo de estudo da antropologia chamada sociocultural.

### Cultura ideal e cultura real

Muitos antropólogos se interessam fundamentalmente pelas idéias que uma sociedade, em seu conjunto, difunde sobre o que um indivíduo deve fazer, sobre como tem que viver, pensar e comportar-se. Quer dizer, preocupam-se com chegar a conhecer a cultura ideal (as normas ideais) de um povo. Outros estudiosos consideram mais interessante, pelo contrário, anotar e ver qual é o verdadeiro comportamento dos indivíduos dessa sociedade, a cultura real, as normas reais de comportamento.<sup>6</sup> Sabemos que muitas vezes há grande distância entre o que os indivíduos dizem que fazem, ou deveriam fazer, e o que verdadeiramente executam. As normas ideais têm muitas formas de cumprir-se e, inclusive, de descumprir-se (exemplos disso são a variabilidade de cumprimento das normas de trânsito, das de saudação – ou das consideradas normais – no comportamento sexual etc).

<sup>4</sup> Esta definição é uma combinação das apresentadas por Kluckhohn e Hoebel em seus tratados de antropologia. Veja-se: KLUCKHOHN, C. *Antropología*, FCE (México. 1971)33-48. E HOEBEL, *La antropología: el estudio del hombre*. Omega (Barcelona. 1973)5.

<sup>5</sup> Ao menos assim a consideram muitos antropólogos não “materialistas” (Kroeber, Herskovits, Beals etc) e os que mencionamos (Kluckhohn e Hoebel).

<sup>6</sup> Estes antropólogos costumam seguir o enfoque funcionalista, perspectiva em que se destacou B. Malinowski com uma preocupação marcadamente empirista. A cultura ideal interessa mais aos estruturalistas, dado que sua visão é mais racionalista. Ambos os enfoques, como diremos a seguir, são imprescindíveis e complementares.

Contudo, a cultura ideal tem extraordinário influxo na vida do homem, pois é um guia que, sendo seguido ou não, está permanentemente presente para os indivíduos de uma cultura. Em todas as sociedades, as pessoas costumam envergonhar-se ao serem advertidas que a sua conduta se afasta da considerada ideal e, embora existam mecanismos culturais que facilitam certos tipos de desvio, as normas ideais exercem muita pressão sobre a conduta, inclusive quando não estão expressas formalmente, legalizadas, ou permaneçam no âmbito do tácito, pra não dizer do inconsciente. A maioria destas normas ideais tem como fim a preservação e coesão do grupo e, às vezes, a permanência da estrutura social e do sistema de classes e hierarquias estabelecido. Em algumas ocasiões, a evolução das normas ideais provoca a mudança nos comportamentos culturais e outras vezes são as próprias condutas reais as que moldam a norma ideal. Como exemplo do primeiro caso temos o ideal existente entre as classes médias da Índia, muito contrário à divisão da sociedade em castas. Este ideal, que gera o processo chamado de sanscritização, ou de mudança de comportamentos de modo a adotar os estilos de vida de castas consideradas superiores, se choca frontalmente com a realidade hindu, especialmente fora das grandes cidades. Entretanto, esse ideal está conseguindo transformar a realidade social daquele país. Como exemplo do contrário, isto é, da conduta prévia moldando o posterior ideal, temos o caso de nossa alta consideração atual das famílias nucleares e limitadas, sendo este fato fruto de uma limitação prévia no número de filhos por parte dos pais que pretendem subir na escala social. Este ideal não se segue em sociedades eminentemente agrícolas, mas se cumpre nas nossas, onde o nível de vida não depende da quantidade de mão-de-obra familiar. De qualquer forma, as normas ideais muitas vezes não são perfeitamente claras e permitem uma margem ampla de condutas legítimas. Existem muitas maneiras de ser um “bom cidadão”, “um bom pai”, pelo menos é assim em sociedades não-dominantes e flexíveis. O indivíduo pode manipular as normas culturais em seu favor mantendo as aparências. Em resumo, a relação entre o ideal e o real nas culturas é mais intrincado do que parece e o antropólogo tem que estar atento para observar ambas as realidades. O caderno do pesquisador tem que se preencher com as expressões ideais e simbólicas de seus anfitriões e com as observações concretas de suas condutas e de seus materiais.

## Normas culturais

Convém, sem mais delongas, definir claramente o que entendemos por norma cultural, que tipos de normas podem existir (além das ideais e das reais) e que relação há entre elas.

Define-se norma como o modo de comportamento que compõe a cultura de qualquer sociedade e que resulta da generalização da conduta da maioria dos membros dessa sociedade. Podem-se distinguir entre as normas culturais algumas que devem cumprir todos os indivíduos, outras que só parte da população está obrigada a cumprir e outras que são mais ou menos aconselháveis segundo as circunstâncias. Temos, assim, normas:

*Universais:* Formas de conduta que se esperam de todos os membros de uma sociedade (ex.: cumprimento de horário, hábitos morais, linguagem etc).

*Especiais:* Comportamentos próprios de um subgrupo ou classe social determinada, diferentes dos do resto do conjunto social (ex.: modelos de relação entre jovens, determinados tabus dos feiticeiros etc). Estas regras poderiam chegar a conformar uma subcultura, termo que não carrega nenhum sentido pejorativo, apenas designa uma cultura específica dentro de outra mais ampla.

*Alternativas:* Formas de comportamentos diferentes que a cultura considera igualmente válidas.<sup>7</sup>

Alguns autores utilizam o termo “tema” para referir-se a um conceito identificável com o de “norma”, quando querem estudar os valores dominantes que expressam o pensamento e sentimentos essenciais ou principais de uma cultura concreta. Discutiui-se muito se estas normas ou temas das culturas são unitários, coerentes entre si, ou, inclusive, contraditórios. Revendo-se por alto toda a gama de possibilidades, temos em primeiro lugar o configuracionismo de R. Benedict, teoria que nos fala de poucas normas culturais, coordenadas entre si (ao menos nas culturas chamadas integradas), e tendentes a um ideal somativo que percorreria a maioria das facetas da vida de um povo. Assim, ao estudar os kwakiutl, Benedict observou um modelo cultural geral (ide-

<sup>7</sup> Kluckhohn nos oferece uma classificação mais completa ao nos falar de normas: *obrigatórias* (quando só existe uma resposta aceitável para uma cultura), *preferidas* (quando existem várias respostas possíveis, mas uma se considera melhor), *típicas* (quando a cultura não hierarquiza as respostas, mas uma se dá com maior frequência), *alternativas* (várias respostas igualmente possíveis) e *restringidas* (formas de comportamento próprias das subculturas).

al) de tipo dionisíaco, quer dizer, uma tendência a alcançar estados emocionais fortes como a embriaguez, o transbordamento, o frenesi etc. Podiam ser observados em suas festas, ritos e também nos famosos *potlatch*, cerimônias em que se dava uma maciça destruição de bens e um consumo esbanjador de mantimentos e utensílios, quase megalomaniaco. Pelo contrário, Benedict também se refere a culturas que seguem o ideal oposto, que atribuem ao apolíneo, à moderação, à medida, à ordem e à consciência ordinária as máximas confiança e estima.<sup>8</sup>

Alguns discípulos de R. Benedict, entre os quais se destacou Morris Opler, observaram como os ideais se diversificavam muito e que era mais prático falar de temas não somativos. Entendendo os citados temas como postulados, declarados ou implícitos, que controlam usu-

<sup>8</sup> Como se pode observar, a influência de Nietzsche é patente na definição desses dois ideais (apolíneo e dionisíaco), com os quais Benedict pensava estarem configuradas as normas das culturas integradas. Veja-se: BENEDICT, R. *El hombre y la cultura*, Edhasa (Barcelona. 1971) 97.

<sup>9</sup> M. Harris cita o exemplo extraído dos Estados Unidos segundo o qual nenhum norte-americano quer "ser menos que seus vizinhos" e às vezes chega, por isso, a consumos desnecessários, quando também é geral nessa mesma cultura a consideração de que um sobre-consumo inútil é daninho e estúpido. Veja-se: HARRIS, M., *Introducción a la antropología general*. Alianza (Madri. 1986)499.

almente o comportamento ou estimulam a atividade e que são promovidos por uma sociedade, não se chega a afirmar que penetrem em todos os âmbitos da vida do grupo humano. Não há adição de temas a não ser equilíbrio entre os mesmos, equilíbrio que pode ser instável. Não obstante estas correções, muitos antropólogos (M. Harris, entre eles) consideram que é possível identificar quase sempre valores e atitudes contraditórios dentro de uma mesma cultura. Há normas que coexistem com outras quase opostas sempre que não se apliquem ao mesmo tempo ou sob as mesmas circunstâncias.<sup>9</sup>

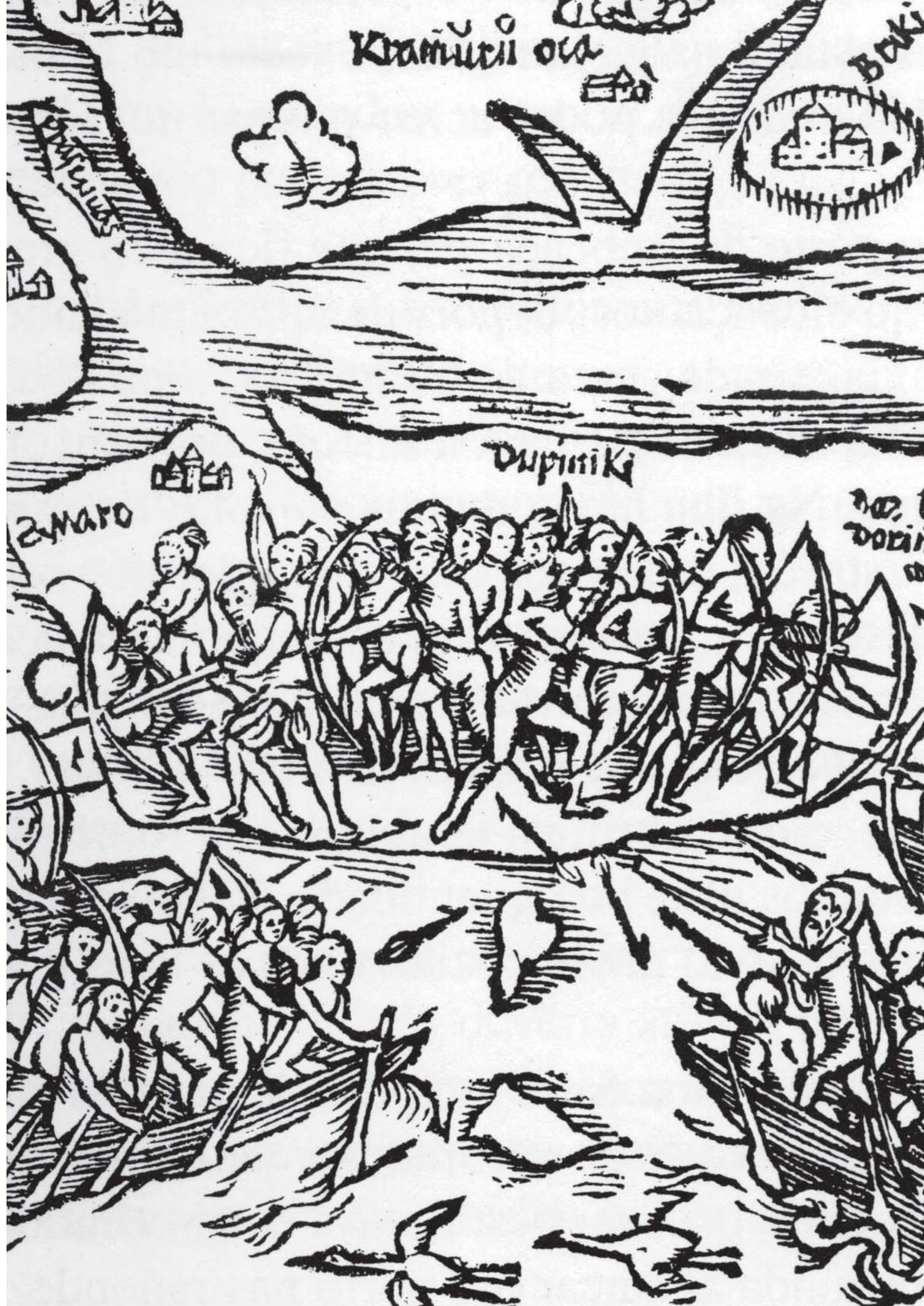
### Aprendizagem e cultura

Se a espécie *homo sapiens* realiza todas as suas atividades, incluídas as relacionadas com a satisfação de suas necessidades biológicas, com uma enorme variabilidade e flexibilidade, desconhecida nas demais espécies animais, isto é devido a que a influência do automatismo instintivo tem menor importância no homem que a que possui em seus parentes do reino animal. Esta menor influência é devida a um desenvolvimento neuronal mais prolongado, a um período de criação maior e a uma elevada percentagem de condutas aprendidas. Todos estes aspectos estão imbricados entre si e é difícil res-

saltar um que seja o desencadeador de um processo que se chama de hominização. No começo do século passado, os partidários da neotenia defendiam um desenvolvimento filogênico para o homem apoiado no processo da fetalização ou infantilização do cérebro do indivíduo. Segundo esta teoria, determinados primatas foram adiando o seu desenvolvimento neuronal (retardando a mielinização axônica), o que lhes permitiu aumentar o volume de aprendizagens e conexões cerebrais e o que não só lhes outorgou um aspecto mais juvenil, mas também uma maior capacidade de respostas flexíveis e inteligentes. Deixando de lado os paralelismos biologicistas nos quais se apóia esta teoria, é certo que o maior período de criação assim como o desenvolvimento do indivíduo humano em sociedade (unido à capacidade, que veremos depois, de simbolização) permitem o desenvolvimento da cultura humana tal como a conhecemos. Dissemos que a cultura é aprendida, entretanto os animais ditos irracionais também são capazes de aprendizagens, como demonstraram numerosos experimentos. Por que então não desenvolvem cultura? A resposta é muito simples. Não só se necessita para acumular uma cultura da capacidade de aprendizagem, mas também da capacidade de poder armazenar essa aprendizagem e transmiti-la com grande rapidez e eficácia a outros indivíduos. Os animais ditos irracionais aprendem por tentativa-erro ou por imitação e, com estas modalidades, não podem acumular muitas experiências nem as compartilhar maciçamente com os seus companheiros ou os seus descendentes. O homem, pelo contrário, conta com a capacidade da simbolização (pode substituir os objetos da realidade como significantes) que lhe permite evocar ações, situações e objetos, embora não estejam presentes. Da mesma maneira, mediante o símbolo se faz mais contínua e complexa a experiência humana e pode transmitir-se a outros rapidamente. O símbolo permite, pois, acumular saberes, experiências, normas etc, precisamente tudo aquilo que dissemos que forma os acervos culturais de um povo.



Índia Botocudo.  
Daguerreótipo de 1844, por  
E. Thiesson. Acervo do  
Museu do Homem, Paris.



Крамичи оца

Бекі

Дупинікі

Знаго

дог. б.  
додін